

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 66/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2024” E N.º 67/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2024”

6 DE NOVEMBRO DE 2023



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 3 de novembro de 2023, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024” e 67/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024”.

As supramencionadas propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Sociais no dia 27 de outubro de 2023, com data limite para emissão de parecer setorial e envio deste à Comissão Especializada Permanente de Economia até ao dia 6 de novembro de 2023.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região



Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, a matéria da presente iniciativa, abaixo identificada, é da competência da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Sociais a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024, nas seguintes matérias:

- Apoio à família e às migrações;
- Educação;
- Juventude;
- Cultura;
- Ciência, investigação e inovação tecnológica;
- Solidariedade e segurança social;
- Igualdade de género e combate à discriminação;
- Pobreza e exclusão social;
- Promoção da infância;
- Apoio a idosos;
- Apoio a cidadãos com necessidades especiais;
- Serviço Regional de Saúde;
- Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde;
- Saúde pública e comunitária;
- Saúde e desporto escolar;
- Prevenção e combate às dependências;
- Segurança alimentar;
- Promoção de estilos de vida saudáveis;
- Atividade desportiva profissional e não profissional.

O parecer das propostas de decreto legislativo regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

Com o Plano para 2024 inicia-se o quarto ciclo anual de programação do investimento público nos Açores, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2021-2024. A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo, e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional dos Açores durante o ano de 2024.

A análise da proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento referente a 2024, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre as áreas da sua competência.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2024, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

Quadro

Plano Regional Anual para o ano de 2024

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 – Coesão, transição digital e representação			
1.9 – Emigrado e Regressado			
1.10 – Identidade cultural e Açorianidade	57.702	57.702	
1.11 – Imigrado e Interculturalidade	265.941	265.941	
1.12 - Iniciativas, projetos e infraestruturas de base tecnológica	56.357	56.357	
1.16 – Sistemas de informação e infraestruturas de suporte	1.306.465	1.306.465	
1.17 – Cibersegurança e segurança da informação	5.155.980	5.155.980	
	380.527	380.527	



1.19 – Transição digital	7.663.493	7.663.493	
2 – Desenvolvimento social e inovação			
2.1 – Apoio à Infância e Juventude	3.611.062	3.611.062	
2.2 – Apoio à família, Comunidade e Serviços	4.806.900	4.806.900	
2.3 – Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	5.955.000	5.955.000	
2.4 – Apoio a Idosos	7.035.518	7.035.518	
2.5 – Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza	35.005.023	35.005.023	
2.12 – Programa de incentivos ao Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA)	5.721.134	5.721.134	
2.13 – Ações de valorização e promoção da ciência, tecnologia e inovação	536.418	536.418	
2.14 – Promoção de ecossistemas tecnológicos e digitais	334.783	334.783	
2.15 – Construção de parques de ciência e tecnologia	425.000	425.000	
3 – Finanças, planeamento e empreendedorismo			
3.5 - Serviços Sociais	185.000	185.000	
4 – Educação e dinâmica cultural	42.948.993	42.948.993	
5 – Promoção da Saúde e Proteção Civil	62.422.868	62.422.868	



10 – Juventude, qualificação e estabilidade laboral			
10.1 - Juventude	1.665.000	1.665.000	
10.5 – Transição Digital, Energética e Ações de Promoção	150.000	150.000	

Não foi incluído no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das Obras Públicas (programa 9) mas que são respeitantes a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

- a) 9.25 – SREAC – Construções Escolares;
- b) 9.26 – SREAC – Reparação das Instalações da SREAC;
- c) 9.27 - SRSD – Instalações Desportivas;
- d) 9.28 – SRSD – Ampliação e Remodelação de Infraestruturas;
- e) 9.29 – SRSD – Beneficiação de Infraestruturas;
- f) 9.33 – VPGR – Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia;
- g) 9.34 - SREAC – Defesa e valorização do Património Arquitetónico e Cultural;

DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL:

O Vice-Presidente do Governo Regional começou por fazer a apresentação das áreas que estão sob a sua responsabilidade naquilo que são as propostas de investimento para o próximo ano. Neste seguimento, deu nota que a Vice-Presidência do Governo apresenta globalmente para 2024 um Plano e Orçamento de 100 milhões de euros, tendo como objetivo reforçar ainda mais a componente humanista e social, atenuando as dificuldades das famílias da classe média que precisam de ser apoiadas, nunca esquecendo os mais pobres.



Na área social, o governante deu nota que o Plano de investimentos para o próximo ano é de cerca de 56 milhões de euros, o que representa um aumento de 35% em relação a 2023 e salientou as várias ações que registam um incremento significativo de verbas, como o Compamid, o abono de família e o programa Novos Idosos, que será estendido a todos os concelhos. Destacou, ainda, várias intervenções previstas ao nível de infraestruturas e informou que, pela primeira vez, a Região Autónoma dos Açores terá uma Estratégia Regional para a Inclusão da Pessoa com Deficiência, que é transversal a todos os departamentos do Governo e foi merecedora de um elogio por parte do Instituto Nacional para a Reabilitação.

O Vice-Presidente anunciou ainda que haverá um investimento robusto no apoio à infância e Juventude, com medidas que permitem uma enorme poupança às famílias, como é o caso do alargamento do programa Nascer Mais a todos os concelhos e o reforço nas verbas alocadas tanto ao pagamento de propinas, como de bolsas de estudo para alunos do ensino superior.

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), serão criados 12 pontos de estudo nos territórios mais afetados pela pobreza e exclusão social e será dada continuidade às ações de formação para as famílias abrangidas pelo rendimento social de inserção, de modo a melhorarem as suas competências sociais e profissionais, bem como a sua literacia financeira.

O governante sublinhou a atitude dialogante e cooperante do atual Governo Regional, que durante a presente legislatura já aumentou o valor-padrão de diversas valências, exemplificando com o caso do aumento em mais de 25% do valor pago por utente nas Estruturas Residenciais para Idosos em menos de três anos. A própria revisão do regime jurídico de apoio ao cuidador informal levada a cabo pelo atual Governo Regional permitiu que dezenas de cuidadores, que antes nada recebiam, pudessem agora ser abrangidos por um apoio. Para o Vice-Presidente, o Governo tem agido com responsabilidade.

Outro aspeto sublinhado prende-se com o novo Plano Regional para a Igualdade e a Não Discriminação, um plano inovador que prevê uma “atuação articulada” para combater a violência doméstica na região.

No que toca à área da ciência e tecnologia, o governante sublinhou o aumento da capacidade do sistema científico e tecnológico, ao prever a expansão do parque de ciência e tecnologia e a aquisição de uma infraestrutura avançada de computação, sendo asseguradas as ações necessárias ao seu funcionamento através de contratos programa.

A terminar, asseverou que o Governo Regional dará cumprimento integral ao compromisso assumido no início da legislatura, de reforçar progressivamente a verba de apoio à tripolaridade



da Universidade dos Açores, referindo que no fim da legislatura o valor totalizará os 950.000 EUR.

Aberta a primeira ronda de questões, interveio a deputada Célia Pereira (PS) que, fazendo referência a uma intervenção feita pelo Vice-Presidente em plenário, no mês de abril, em que anunciou um programa denominado “Localizar, Caracterizar e Incluir”, referindo tratar-se de um programa desenvolvido em articulação com outros departamentos governamentais, questionou quais os resultados obtidos até ao presente e que medidas estão a ser realizadas.

A terminar, a deputada afirmou que se assiste a um desinvestimento na área social, ao contrário do anunciado pelo Governo Regional, uma vez que surgem verbas significativas para determinadas ações, mas a execução é demasiado baixa, o que leva a concluir que o Plano Regional Anual agora em análise é pouco credível.

Em jeito de esclarecimento, o Vice-Presidente refutou a leitura feita pela deputada socialista, contra-argumentando com uma série de ações levadas a cabo na presente legislatura e nas inovações que a sua secretaria apresentou, como a Estratégia Regional para a Inclusão da Pessoa com Deficiência, que é inédita e integrada, uma vez que trabalha em articulação com outras áreas governamentais, como a Educação. A título de exemplo, explicou que no ensino pré-escolar as crianças aprenderão língua gestual portuguesa. Para o governante, as críticas feitas demonstram falta de sensatez, uma vez que, desde o seu anúncio até à sua materialização, a Estratégia levou cerca de um ano a surgir, muito menos tempo que aquele que levou o Partido Socialista a materializar a sua Estratégia Regional de Combate à Pobreza, que foi apresentada somente após 20 anos de poder.

No que toca à baixa execução referida pela deputada socialista em termos de obras, o Vice-Presidente explicou que as mesmas não dependem do Governo e que a discussão do Plano é sobre as propostas para 2024, não as taxas de execução, relembrando que o passado do Partido Socialista não era abonatório e exemplificou com a taxa global de execução da solidariedade social que em 2019 se ficou nos 68%, passando para 83% em 2021, ou seja, registando uma subida considerável com o Governo de coligação.

O Vice-Presidente lembrou os aumentos reais nos apoios que se verificaram na área de ação social e as poupanças reais que as famílias fizeram com as medidas do Governo de coligação, com questões como as creches gratuitas e o aumento do Compamid e do valor-padrão. Para o governante, nunca antes se apoiou tanto as famílias como agora, pelo que as críticas apontadas não têm qualquer fundamento.



Em réplica, a deputada Célia Pereira (PS) reconheceu que foram implementadas boas medidas com o atual Governo Regional, e que se apresentarem duas estratégias importantes, mas que merecerão elogio de acordo os projetos e ações a que as mesmas venham a dar lugar. Contudo, disse que se esperava mais, uma vez que algumas das medidas referidas são totalmente financiadas pelo PRR. Assim, questionou o que tinha o Governo Regional a dar aos açorianos para além das medidas do PRR. Disse ainda que em vez de apoio a medicamentos, com o Compamid, o que se deveria trabalhar era o envelhecimento ativo.

Face à questão colocada, o governante referiu que os Açores devem aproveitar todas as verbas que chegam da Europa e que tudo aquilo que o Governo tem anunciado, tem cumprido, ao contrário do que sucedia com o Partido Socialista. A este propósito lembrou que os idosos poderiam ser mais ativos, se o Partido Socialista tivesse implementado o enfermeiro de família proposto pelo CDS-PP em 2012.

De seguida, o deputado Carlos Furtado (DI) pediu a palavra e regozijou-se pela decisão de se estender a todos os concelhos da região o programa Nascer Mais, uma reivindicação sua que viu agora ser acolhida. O deputado elogiou também as propostas apresentadas na área da solidariedade social, bem como o incremento de verbas associadas a determinadas ações muito importantes para a população e solicitou que fosse detalhada a ação 2.5.32 “Apoio ao combate à precariedade económica” e que fosse explicada a razão do decréscimo de verbas na ação 2.1.4. “rede de amas”.

Em resposta, o Vice-Presidente reconheceu que sempre fora pretensão do deputado independente que o Programa Nascer Mais se estendesse aos 19 concelhos da Região, algo que se tornará real em breve. Quanto às questões colocadas, no que toca à ação 2.1.4. “rede de amas”, o governante deu nota que não têm surgido candidatas para fazer o curso de amas, mas, a alterar-se o cenário e caso venha a ser necessário, as verbas poderão ser reforçadas.

Quanto à ação 2.5.32., é nova e tem de ser inscrita no Orçamento para depois ir buscar as verbas europeias, decorrente de alteração de legislação nacional, e resultam do estudo que o ISSA fez no âmbito da FEAC – Fundo Europeu de Apoio às Famílias Carenciadas.

De seguida, a deputada Alexandra Manes (BE) lembrou que havia sido aprovado o DLR que estabelece medidas de apoio aos indivíduos diagnosticados com doença de Machado-Joseph, no plenário de outubro, e questionou se o Plano e Orçamento para a Região contemplam verbas para concretizar as propostas aprovadas.



Em resposta, o Vice-Presidente explicou que tanto o Plano Regional Anual como o Orçamento para 2024 já estavam elaborados, aquando da aprovação do DLR. Não obstante esta realidade, será cumprido o que ficou decidido, mas referiu que o mesmo pode encontrar enquadramento no que está definido para o cuidador informal.

Em réplica, a deputada bloquista referiu que a questão surgiu por ter sido levantada na discussão do DLR em que lhe asseguraram que o cuidador ao domicílio nada tinha a ver com o cuidador informal, mas o Vice-Presidente voltou a afirmar que há pontos comuns entre ambas as figuras.

Por último, a deputada Nídia Inácio (PSD) pediu a palavra e fez uma exposição de diferentes medidas levadas a cabo pelo Governo de coligação com vista a apoiar as famílias, tanto os públicos mais vulneráveis, como a classe média, referindo que os documentos em análise não apresentam medidas avulsas, mas sim soluções, numa conjuntura complexa como aquela em que vivemos. De seguida, solicitou que o governante detalhasse a medida 2.5.23. “HaBitua-te Passo a Passo”, ao que foi esclarecida que se trata de um programa que será trabalhado entre técnicos da Câmara Municipal de Ponta Delgada e da Vice-Presidência do Governo, com vista a dotar os sem-abrigo de competências para que possam sair da rua, ao nível da higiene pessoal, alimentação e acesso a habitação. Segundo o governante, trata-se de um “programa holístico” que será feito em “parceria com quem está no terreno”, designadamente o “poder local” que “está mais próximo das populações”.

Na segunda ronda de questões, inscreveu-se o deputado Paulo Estevão (PPM) que enalteceu as políticas levadas a cabo pelo Governo de coligação para retirar as pessoas da pobreza e da dependência, num caminho completamente inverso ao que era feito pelo Partido Socialista. Relembrou que o complemento regional de pensão, o chamado “cheque-pequenino” duplicou em três anos, que se assiste ao maior número de empregados da história dos Açores e que houve uma redução na ordem dos 40% dos beneficiários do rendimento social de inserção (RSI). Perguntou, após esta explanação, como se conseguiu reduzir em tão elevado número os beneficiários do RSI.

Em resposta, o governante explicou que apesar da conjuntura atual, foi feito um trabalho articulado com os vários departamentos governamentais, no sentido de compreender quem eram os beneficiários e o que necessitavam. Assim, com uma política integrada, uma maior fiscalização e obrigatoriedade de cumprimento de regras por parte dos beneficiários, foi possível empregar muitos dos que se encontravam desempregados. O Vice-Presidente



sublinhou o carácter preventivo e pedagógico das fiscalizações feitas e que conduzem à integração das pessoas no meio laboral ou apontam outros caminhos. A concorrer para os bons resultados estão, também, as formações feitas às famílias beneficiárias do RSI.

Para o deputado Paulo Estevão (PPM), assistiu-se a uma melhoria significativa das políticas de emprego na Região, o que contribui, de facto, para o sucesso dos resultados. A par disso, lembrou que a fiscalização, no passado, não era rigorosa, uma vez que o RSI não é pago com verbas da Região, este era um assunto que não preocupava os governantes socialistas. O deputado terminou a sua intervenção congratulando o trabalho levado a cabo pela Vice-Presidência, que apresenta apoios sociais ajustados às necessidades dos açorianos, desde o início da legislatura, ainda que a mesma tenha sido marcada por várias crises - a da covid19, a inflacionista e os conflitos militares. Um sucesso que, para o governante Artur Lima, se deve a todos os que trabalham em prol dos açorianos.

Seguidamente, o deputado Rui Martins (CDS-PP) salientou que se está perante o último orçamento da legislatura e que sempre foram apresentadas medidas firmes e graduais. No orçamento atualmente em vigor, as creches passaram a ser gratuitas para todos e agora é reafirmado esse compromisso. Também o programa “Novos Idosos” começou como um projeto piloto que gradualmente se foi alargando, com a segurança de que a medida estava a ser bem aceite e que estava a ter o alcance que se pretendia. Nesta sequência, questionou se as propostas para o Plano Regional Anual e o Orçamento da Região para 2024 são o consolidar de um rumo que se trilhou desde o início da governação.

Em jeito de esclarecimento, o Vice-Presidente explicou que uma das prioridades para a legislatura era a de combater o despovoamento e a baixa natalidade, pelo que foi necessário, desde o início, pensar-se em políticas públicas capazes de reverter este cenário, através de medidas eficazes, realizadas de modo integrado. Assiste-se, assim, a um conjunto de medidas que, no seu conjunto, pretendem concorrer para a fixação de pessoas, dando-lhes as devidas condições para que possam ter melhor qualidade de vida. Tem sido possível as famílias fazerem uma poupança muito significativa por via das creches gratuitas. Também se tem apostado na criação de mais emprego, no apoio à juventude com políticas de habitação, no incentivo à natalidade e na criação de condições para uma vida digna para os idosos.

Em réplica, o deputado Rui Martins (CDS-PP) reiterou que houve, efetivamente, sucesso nas medidas aplicadas e que já há vários resultados à vista.



A deputada Nídia Inácio (PSD) corroborou a conclusão feita pelo deputado que a antecedeu e relembrou que a crítica do Partido Socialista se tem focado nas taxas de execução, o que não compreende que aconteça, porque o relatório de execução financeira do terceiro trimestre mostra que a execução do Governo de coligação é superior à do maior partido de oposição quando, em período homólogo de 2019, estava no poder.

A terminar, a deputada Célia Pereira (PS) referiu que foi mencionado que a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, criada pelo Partido Socialista em 2018, seria alvo de revisão, segundo as palavras do Vice-Presidente há cerca de um ano atrás, mas que nada se sabe sobre o seu ponto de situação. Os únicos dados que se conhecem, segundo a deputada socialista, mostram que os Açores estão em contraciclo com o país e com a União Europeia em termos de indicadores da pobreza, pelo que questionou se a ânsia de reduzir o número de beneficiários do RSI levou a que famílias não estejam a receber o devido apoio para saírem da pobreza e voltou a perguntar se há ou não há estratégia para além das conhecidas medidas e ações que integram o PRR.

Em resposta, o Vice-Presidente relembrou que a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social começou a ser pensada no ano de 2001, mas só nasceu em 2018, portanto volvidos 17 anos, o que não dá qualquer legitimidade à deputada de considerar que a revisão, anunciada há cerca de um ano esteja a demorar demasiado tempo, até porque a estratégia está a ser implementada e as ações não foram suspensas. Para além do referido, no que toca a dependências, o Partido Socialista nunca apontou uma única ação para combater este flagelo. Quanto aos sem-abrigo, o governo socialista criou uma obra megalómana que não dá resposta ao problema. Quanto ao envelhecimento ativo, o governo socialista não aplicou nenhuma medida que incentivasse a boas práticas. Todas estas questões, de acordo com o Vice-Presidente, estão a ser trabalhadas de forma diferente, ora em articulação com as autarquias e o poder local, ora pela implementação de programas, como os “Novos Idosos”.

Ainda no uso da palavra, o governante relembrou que foi durante a governação socialista que se registaram os maiores índices de privação material extrema e de desigualdade. Relembrou, também, que há várias medidas que vão para além do PRR, como o apoio à juventude, nomeadamente o apoio no pagamento de propinas e bolsas de estudo - algo que o Partido Socialista nunca aceitou viabilizar por considerar demasiado dispendioso. Feita a explanação, o governante considerou displicente a crítica da deputada socialista às medidas sociais apresentadas pelo Governo de coligação, que são muitas e variadas, e para todas as faixas etárias. O Vice-Presidente concluiu dizendo que a atuação do atual Governo Regional é nas pessoas, contrariamente ao PS que era no betão.



Em réplica, a deputada Célia Pereira (PS) deixou a nota que os números dos beneficiários do RSI evoluíram e sofreram flutuações com aumentos e com decréscimos que acompanharam aquilo que era também o efeito das crises que assolaram a região à semelhança do país e da Europa e concluiu referindo que aquilo que todos pretendem é que estas pessoas mais vulneráveis façam um caminho de crescimento e desenvolvimento pessoal e social.

O Vice-Presidente comungou desta última ideia, referindo que “os nossos caminhos são diferentes, mas o objetivo talvez seja o mesmo”.

Na última ronda, o deputado Tiago Lopes (PS) deu nota que no âmbito da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social são elaborados planos de ação bianuais e dos mesmos constam um conjunto de medidas, ações, metas a atingir e os respetivos recursos a afetar, abrangendo os vários domínios da política pública. Atendendo a que o Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza diz que desde 2018 as Regiões Autónomas apresentam níveis mais elevados de pobreza ou exclusão social nas suas diferentes dimensões, o deputado solicitou ao Vice-Presidente os relatórios dos últimos biénios, desde 2019.

Em resposta, o Vice-Presidente lembrou que os dados apontados pelo Observatório são referentes ao ano 2021, ou seja, ano de pandemia, pelo que não é correto a alusão às conclusões apresentadas. O governante referiu, ainda, que os apoios às famílias foram multissectoriais e bastante reforçados com o Governo de coligação, pelo que os resultados seriam bem mais preocupantes se se tivesse prosseguido com a política da governação socialista. A esse propósito, lembrou que, aquando da tomada de posse do atual Governo, havia somente 1 ponto de estudo na Região, com uma Estratégia que estava em curso há 3 anos. Pouco se fez, a avaliação da Estratégia era muito subjetiva e pouco mensurável, daí a necessidade da sua revisão. Informou, neste seguimento, que a mesma está a ser avaliada por uma entidade independente, sem interferência política.

A terminar, o deputado Paulo Estevão (PPM) retomou a questão levantada pela deputada Célia Pereira (PS), sublinhando que a diminuição do número de beneficiários do RSI em caso algum poderá ser sinónimo de diminuição de direitos. A este propósito lembrou que os direitos estão previstos na legislação, pelo que esta é cumprida na íntegra. A justificação para a diminuição está no facto de a Região ter uma política de sucesso a nível de emprego, uma ideia partilhada pelo Vice-Presidente do Governo Regional.



DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA:

O Subsecretário Regional da Presidência iniciou a sua intervenção referindo que está previsto, no Plano Regional Anual para 2024, um montante de 1 306 465,00 €, que se dividem em três ações, a saber: 1.12.5 - Implementação da Estratégia dos Açores para o Espaço; 1.12.6 - SATSDIFACTION e 1.12.7 - Participação da Região na Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais.

Verifica-se um aumento nas verbas alocadas à área do Espaço, com vista a promover e a desenvolver a Estratégia para o Espaço que foi aprovada no final de 2022.

Está a ser preparado um novo enquadramento de relacionamento com o Estado, com a União Europeia e com outros parceiros que serão importantes no cumprimento dos objetivos e estratégia da Região.

Aberta a primeira ronda, inscreveu-se a deputada Alexandra Manes (BE) que reconheceu a importância da “Estratégia para o Espaço” para os Açores. Nesta sequência, perguntou se o que estava previsto era somente a instalação do radiotelescópio na ilha das Flores ou se seria algo mais abrangente que permitisse fixar jovens e mão de obra qualificada naquela ilha. Perguntou, também, se a verba prevista para a ação 1.12.7 seria dividida entre as duas ilhas com um projeto espacial, entenda-se Santa Maria e Flores, uma vez que a primeira está numa fase muito mais avançada do projeto.

Em resposta, o Subsecretário explicou que a posição geográfica das ilhas para a recolha de dados é muito importante para a comunidade científica, mas tem um custo. A parceria dos Açores com o Instituto Geográfico Nacional de Espanha é muito importante. O referido Instituto cumpriu a sua parte nos termos do acordo elaborado, sendo que a região tem o dever de cumprir a sua. O governante deu nota que se começou a desenvolver algumas valências na ilha das Flores, mas explicou que não se trata de montar uma estrutura alargada com recursos humanos na ilha das Flores. Pretende-se, aos poucos, ir complementando aquilo que são os objetivos na área do Espaço. O mesmo se passa com Santa Maria, pelo que o valor inscrito na ação será para gerir o funcionamento das duas estações, para se continuar a promover o desenvolvimento das duas valências. O Subsecretário informou que, neste momento, o Governo Regional está ainda a pagar o investimento que foi feito inicialmente, pelo que o caminho está a ser trilhado com responsabilidade e segurança.

Em réplica, a deputada bloquista lembrou que era uma exigência do Instituto Espanhol que a ilha das Flores fizesse parte do projeto por se situar na placa tectónica Norte-Americana. Ciente dos constrangimentos financeiros existentes, a deputada questionou se os custos podem



condicionar o projeto RAEGE naquela ilha, tendo sido esclarecida que a ação a desenvolver na ilha é um investimento, não um custo. O Subsecretário corrigiu uma imprecisão referida pela deputada, explicando que a introdução da ilha das Flores na RAEGE foi uma proposta da Região, o que demonstra a importância que a Região dá ao projeto e, conseqüentemente, à ilha das Flores. Salienta, porém, que este é um projeto a ser feito com responsabilidade.

Seguidamente, interveio a deputada Ana Luis (PS) a criticar o Governo Regional pela baixa execução das ações propostas em planos anteriores, o que fazia com que fosse difícil acreditar que seria diferente com as propostas agora em discussão. Feito este preâmbulo, a deputada recordou que no ano transato questionou o Subsecretário do valor afeto ao projeto Nómadas Digitais, e que ficou surpresa quando depois, em dezembro, no debate do projeto de DLR do PS sobre esta mesma matéria, o Governo tenha aparecido com um projeto inovador, mas nada se diz neste Plano e Orçamento sobre o referido projeto. Neste seguimento, questionou o governante acerca do ponto de situação sobre o nomadismo digital.

A deputada foi esclarecida que o assunto havia sido já tratado na Comissão de Economia, por fazer parte de uma área sectorial que integra aquela Comissão, uma resposta refutada pela deputada socialista, referindo que os diplomas sobre esta matéria foram discutidos na Comissão de Assuntos Sociais, razão pela qual coloca a questão.

Em resposta, o Subsecretário reforçou a ideia de esta matéria fazer parte da transição digital, que está afeta a outra Comissão, no entanto prestou os esclarecimentos solicitados, informando que até ao momento se registaram vários contactos que a Direção Regional das Comunicações tem tido com a associação dos nómadas digitais e tem sido desenvolvida uma plataforma e portal Web de suporte à Comunidade Digitais dos Açores.

Em réplica, a deputada Ana Luis (PS) lamentou o facto de nada se ter feito em 2023 e de agora estarem previstos 61000 EUR apenas para a construção da plataforma Web, que está no âmbito da DNA Azores, não havendo referência a verbas para desenvolver a resolução aprovada por maioria na Assembleia, nomeadamente a proposta de nomadismo digital na ilha de São Jorge, proposta pelo CDS-PP. Esta foi uma visão com a qual o Subsecretário mostrou estar em desacordo, referindo que se está a desenvolver o que necessita ser feito na área do apoio ao nomadismo digital, lembrando que estes investimentos devem também desencadear e estimular outros, por parte de privados.



DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO:

A Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego iniciou a sua intervenção explicando que “O plano de orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2024 na área da Juventude prevê um valor de 1665000 EUR. Este montante representa um reforço de 9.5% relativamente ao valor fixado no orçamento de 2023, com um crescimento em quase todas as ações”. A governante acrescentou que “o plano de investimentos proposto operacionaliza as grandes orientações de médio prazo, em consonância com preconizado no programa do XIII Governo dos Açores ou ainda na estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027, que tem um objetivo principal, o desenvolvimento de uma Juventude mais capacitada.”

A governante deu nota que se tem aperfeiçoado os programas de educação não formal, no que toca a problemáticas relacionadas com a Juventude e “para a mitigação de questões como a toxicod dependência, a doença mental, abandono escolar precoce, colocando o foco na promoção da mobilidade dos jovens dos Açores dentro e fora da região, como meio de afirmar a identidade açoriana e partilha de experiências entre jovens dos Açores.”

A par do referido, a Secretária Regional destacou algumas áreas em que se verificou um incremento de verbas, como os programas de mobilidade, de intercâmbio, o associativismo e empreendedorismo. Destacou, ainda, um projeto piloto - a implementação da Academia empreendedora em contexto reclusão no estabelecimento prisional de Ponta Delgada -, bem como a criação de um instrumento legislativo, de modo a poder apoiar financeiramente as ideias de negócio eleitas pelo Inova Açores.

Feita a explanação dos pontos principais relativas à área da juventude, foi aberta a primeira ronda de questões, na qual se inscreveu a deputada Ana Luis (PS). Depois de destacar as várias questões problemáticas, já referidas pela Secretária Regional, em que as políticas de juventude assumem um papel fundamental, acrescentou outras como os jovens Nem Nem, a falta de habitação para os jovens e a reduzida qualificação profissional destes. Questionou, nesta sequência, que contributos foram dados, da parte da secretaria que tutela, para o Plano Regional de Saúde, em termos de combate às dependências, para a Estratégia da Educação em termos de combater o absentismo e para resolver a questão dos Nem Nem e da falta de habitação.

Em resposta, a Secretária Regional deu nota que as áreas de intervenção em termos de juventude estão previstas no diploma das políticas da Juventude, que foi aprovado no passado



mês de julho, não tendo intervenção direta noutros setores, mas refere que as várias áreas transversais se articulam. Assim, explicou que a secretaria que tutela tem assento na Task Force, para ajudar a definir medidas para o problema da toxicodependência; que acompanha os jovens que saem do ensino e não têm perspetivas, articulando a ação com a Direção Regional do Emprego e o Gabinete de Orientação Vocacional (GOV) para desenhar o perfil dos mesmos e integrá-los num percurso para mercado de trabalho; que se criou o programa MOOV na área da formação profissional; que há medidas no plano da habitação destinadas aos jovens, como o programa “Famílias com Futuro”, em que os candidatos elegíveis são jovens e adultos até aos 35 anos de idade. Deu, ainda, o exemplo da iniciativa “Academia Empreendedora”, importante no desenvolvimento da capacidade de inovação nos jovens em contexto escolar, e que tem aumentado, de ano para ano, o número de escolas participantes.

Considerando que as respostas não foram claras, a deputada Ana Luis (PS) reiterou a questão, tendo sido esclarecida que tudo o que disse são formas de articulação com outros departamentos governamentais e que, a par disso, as diferentes questões são discutidas em Conselho de Governo, onde todos os Secretários têm assento e dão os seus contributos. Acrescentou que existe um trabalho de auscultação e reflexão para a definição dos objetivos operacionais do Plano Regional para a Literacia e Participação Democrática – DemocraciaZ, uma iniciativa do Governo dos Açores que pretende ser um instrumento multinível, transdisciplinar e interdepartamental para a promoção de exercício mais ativo da cidadania dos jovens açorianos.

Seguidamente, o deputado Flávio Soares (PSD) destacou o aumento de cerca de 10% das verbas alocadas à área da juventude, bem como o facto de se tratar do primeiro orçamento sem qualquer valor de compromissos assumidos ainda pelo governo socialista a pagar. Enalteceu as ações previstas e as novas políticas de juventude que criam mais condições de participação dos jovens, com responsabilização e acompanhamento das associações juvenis, tanto a nível financeiro como de atividades, referindo que as mesmas se demarcam das políticas do passado. Finalizou a sua intervenção solicitando que a Secretária Regional detalhasse mais a questão do associativismo.

Em nota de esclarecimento, a governante disse que existe um sistema de incentivos a atividades dos jovens agora muito mais flexível, que vai ao encontro do que já tinha sido reivindicado pelas associações no que toca à apresentação de despesas elegíveis, ao aumento do prazo de candidaturas, à integração da Associação Académica da Universidade dos Açores



no registo para candidaturas a apoios, bem como de grupos informais de jovens. Para a Secretária Regional, é importante reforçar apoios para as ações das associações, para que as mesmas tenham a capacidade de dar resposta e executar as atividades, devidamente tuteladas financeiramente para o efeito. Terminou reforçando a ideia de que, de facto, pela primeira vez, este Governo Regional tem um plano e orçamento liberto de amarras de compromisso assumido no passado. O plano de investimentos tem uma dotação bastante considerável, superior a 700.000 EUR, toda ela para as ações do Plano, visto que a última verba em dívida foi liquidada este ano de 2023.

Em réplica, o deputado enalteceu o trabalho desenvolvido e, sobretudo, a abertura do Governo Regional para auscultar verdadeiramente os jovens e propor medidas que vão ao encontro das suas reivindicações, algumas das quais foi testemunha como membro com assento nos Conselhos de Juventude dos Açores, mas que nunca antes tinham sido acolhidas.

Na segunda ronda, o deputado Paulo Estevão (PPM) pediu a palavra, começando por uma nota prévia de congratulação pelos resultados obtidos pelo Governo Regional, por ter conseguido algo sem precedentes, entenda-se, o maior número de empregados de sempre. A este respeito, solicitou que a governante fosse mais específica em relação ao sucesso que está a ter nas políticas de emprego junto dos jovens.

A Secretária Regional Maria João Carreiro relembrou vários projetos já em marcha que terão continuidade e que estimulam os jovens na escolha de um futuro profissional, dando-lhes as ferramentas necessárias para a sua futura empregabilidade. A relacionar duas áreas de intervenção, Juventude e Emprego, destacou os programas MOOV, Academia Empreendedora, o GOV (Gabinete de Orientação Vocacional). A responsável pela pasta da Juventude afirmou que o desemprego jovem tem vindo a diminuir e são vários os jovens que, ao terminarem programas de estágio, entram no mercado de trabalho. A corroborar a afirmação, partilhou que 73% dos jovens que frequentaram um programa de estágio no ano letivo 2021-2022 integraram o mercado de trabalho, ou seja, celebraram contrato de trabalho após o estágio.

Aberta a terceira e última ronda de questões, a deputada Ana Luis (PS) interveio, afirmando que “mesmo com dívidas a pagar no passado, a verdade é que os valores executados eram todos inferiores àquilo que agora se diz que se vai executar. Portanto, eu acho é que a falta de credibilidade destes documentos, independentemente das medidas terem o seu mérito.”



Já o deputado Paulo Estevão (PPM) sublinhou a eficácia das medidas, referindo que “aquilo que nós estamos a observar são resultados práticos. São os resultados que se atingiram (...) temos ou não temos o maior número de desempregados da história dos Açores? Temos, isto é um resultado é irrefutável. Temos sucesso no âmbito das políticas da Juventude? Temos. O que quer dizer que as questões muitas vezes não se resolvem com dinheiro, mas com a qualidade dos programas.”

A Secretária Regional reagiu colocando o foco nos resultados, que “dão bem nota do sucesso das nossas políticas na área da Juventude e qualificação profissional.” Elencou, de seguida, um conjunto de evidências factuais que mostram, na sua ótica, como se têm adequado as políticas de Juventude e de Emprego às reais necessidades dos jovens.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO:

A Secretária Regional da Saúde e Desporto iniciou a sua intervenção referindo que faria uma abordagem em três áreas da sua competência – Desporto, Dependências e Saúde.

No que toca ao desporto, partilhou que se tem vindo a registar um aumento de praticantes de atividade desportiva e de não praticantes, mas pessoas que estão ligadas ao desporto, nomeadamente na função de dirigente e treinadores. Do ponto de vista de investimento, apresenta-se o valor mais elevado deste legislatura. Nesta área, realçou os investimentos na ação 5.9, “Desporto, crianças e jovens”, na promoção de uma atividade regular de exercício físico através de contratos e programa; a ação 5.10. “Atividade Desportiva” que contempla programas que são elaborados com as associações das diferentes modalidades presentes na Região Autónoma dos Açores, salientando o apoio que é dado ao atleta formado na região e a nível do alto rendimento, sendo que de momento há 76 atletas neste percurso a que acresce 12 atletas no âmbito do alto rendimento; a ação 5.12. “Instalações Desportivas” e, para finalizar, as iniciativas transversais às diferentes áreas do desporto, salientando também o programa de ética no desporto.

Na área das dependências, indicou que, para enfrentar o problema e sendo uma área que “deve ser prioritária”, foi aumentado o valor no plano de investimentos, estando contemplado para 2024 um aumento de 1,8 milhões de euros relativamente ao presente ano.

A governante anunciou, entre outras, que uma das apostas passa pelo aumento das equipas de prevenção na região. Atualmente existe uma equipa na ilha Terceira e vão ser criadas mais três, nos concelhos de Ribeira Grande e Ponta Delgada (na ilha de São Miguel) e outra na ilha do Faial.



“Percebemos que é necessária uma aposta forte na prevenção. Iremos alocar uma verba muito significativa nestas três equipas”, assegurou a titular da pasta da Saúde nos Açores.

No campo da reinserção, estão previstas verbas destinadas a casas que apoiem os utentes após concluírem o tratamento nas comunidades terapêuticas.

No que toca à área da Saúde, “O XIII Governo Regional assumiu desde sempre o setor da Saúde como um setor prioritário. Pretende-se, desde sempre, uma assunção de uma política de saúde centrada na promoção da saúde, na prevenção da doença e, obviamente, que nada disto se faz sem a valorização dos profissionais de saúde que diariamente estão no terreno, (...) mas que não devem descurar nunca aquilo que é o maior objetivo do Serviço Regional de Saúde: os nossos utentes”, disse a Secretária Regional Mónica Seidi. E prosseguiu: “Reconhecendo que há um caminho a fazer, reconhecendo também que já muito foi feito, mas que obviamente nós não estamos satisfeitos, nem iremos ficar satisfeitos enquanto não conseguirmos atribuir uma acessibilidade neste setor da mesma forma a todos os açorianos”.

Segundo a governante, a Saúde é “uma prioridade” do atual Governo açoriano e “vai naturalmente continuar a ser”. A governante observou que a verba inscrita no plano para 2024 para a Saúde é a “mais elevada da atual legislatura”, tem um aumento de 4%, que corresponde a mais de 1,5 milhões de euros.

Esta verba está distribuída por sete ações, com destaque para as tecnologias da saúde, apetrechamento e modernização.

Como novas ações, destacou que as duas câmaras hiperbáricas que funcionam na Região vão ter certificação e manutenção anual, e que em 2024 avançará um projeto-piloto na área da hospitalização domiciliária.

A titular da pasta da Saúde também adiantou que vai avançar o Plano Regional de Saúde (já está em fase de finalização e vai ser colocado em discussão pública) e será aplicado um projeto-piloto na área do cancro do pulmão, nas ilhas de São Miguel e Terceira.

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra o deputado Tiago Lopes (PS) que sublinhou a enorme falta de credibilidade do plano, atendendo ao histórico de execuções. O deputado disse estar preocupado porque ao fim de 3 anos de governação, “temos os piores resultados financeiros das unidades de saúde da região, com uma degradação muito significativa dos resultados operacionais, dos resultados líquidos, do passivo das unidades de saúde, bem como também da dívida a fornecedores. Isto tem implicações e tem impacto prático



na atividade assistencial.” Face ao explanado, questionou a governante sobre como poderia cumprir com tudo o que foi prometido, como a regularização das carreiras, o que faria o Governo Regional de diferente para reverter a situação presente.

A governante lamentou que o Partido Socialista só consiga levantar dúvidas que descredibilizam não só o trabalho do Governo, mas também o trabalho dos profissionais de saúde. Para a Secretária Regional, o atual Governo teve “a coragem, a sensatez e a ambição de devolver aos profissionais de saúde desta Região algo que, em 24 anos de governação socialista, nunca foi feito” e esta é uma medida que acarreta custos.

A Secretária Regional lembrou que o atual Governo herdou uma enorme dívida na área da Saúde e que em 1997 a dívida foi colocada a zero, mas naquela altura não houve nenhuma capacidade de visão para transformar o Serviço Regional de Saúde, referindo que teria sido o momento ideal para se agir de forma diferente, nunca permitindo que o sector da Saúde voltasse a ser subfinanciado.

“Hoje é trazido efetivamente um Plano que dá resposta e que vem melhorar a resposta que tem sido dada aos açorianos e aos profissionais do Serviço Regional de Saúde. É com isso que podem os açorianos e podem os profissionais do serviço contar, uma resposta que durante 24 anos nunca lhes foi dada”, disse a responsável pela pasta da Saúde. Acrescentou, ainda, que “no pior ano deste Governo, que é o ano de 2022, já se pagou mais do que aquilo que pagou o Partido Socialista no seu melhor ano.”

Em réplica, o deputado socialista reafirmou que este Governo tem tido os piores resultados de sempre em termos de resultados operacionais dos hospitais, de resultados líquidos, do aumento da dívida a fornecedores, do seu passivo e do prazo médio de pagamentos a fornecedores. Acrescentou que, enquanto esteve na oposição, o PSD sempre criticou o subfinanciamento na área da Saúde, mas agora que está no Governo não altera o cenário. A terminar, deu alguns exemplos do que o Governo já prometeu, mas que ainda não materializou. Questionou, portanto, uma vez mais, a governante, “Para a legislatura, regularização de carreiras, pagamento das diárias às casas de saúde, pagamento da dívida a fornecedores. Como é que isso é exequível? Como é que é credível aquilo que o Governo propõe?”

A responsável pela pasta da Saúde admitiu que o setor está subfinanciado e que este era um problema que se fazia sentir também a nível nacional, tal como afirmado pelo Senhor Ministro das Finanças do PS na República. A governante reconheceu que vai demorar algum tempo até se conseguir reestruturar o setor, algo que poderia já estar feito caso o PS tivesse sabido



aproveitar o perdão da dívida em 1997 e lamentou, uma vez mais que, sendo o deputado enfermeiro de profissão, virado para uma humanização de cuidados, o mesmo esteja nesta fase mais preocupado com resultados financeiros e a querer desvalorizar a totalidade daquilo que são os resultados da atividade que o Governo tem conseguido cumprir, ao contrário do que foi apanágio ao longo dos últimos 24 anos da governação socialista. Por último, também considerou pouco apropriado que o deputado Tiago Lopes (PS) levante a questão do pagamento às casas de saúde, quando estas estiveram durante anos subfinanciadas pelo Partido Socialista, ainda que reivindicassem aumentos, uma reivindicação nunca aceite. Ao contrário do que sucedia, este Governo Regional comprometeu-se a aumentar as diárias, tendo já assinado um acordo no final do mês de Julho com as casas de saúde, que permitiu o pagamento de uma tranche já com atualizações, havendo uma segunda tranche ainda no decorrer do ano 2023 e uma nova atualização para 2024.

De seguida, interveio o deputado Rui Martins (CDS-PP) que sublinhou a necessidade de haver um esforço político de todos para que efetivamente se possa reverter a situação de subfinanciamento da Saúde. Relembrou, a esse propósito, o perdão da dívida e os resultados positivos que a Região poderia atualmente ter, caso tivessem sido feitas escolhas acertadas e sensatas, em vez de se criar uma enorme dívida. Feito este preâmbulo, perguntou se com este Orçamento estamos perante a consolidação de políticas que visam devolver dignidade aos profissionais de saúde. Questionou, também, se as medidas propostas seriam um garante para se ter um Sistema Regional de Saúde robusto, sem enfrentar os problemas vividos a nível nacional. Por fim, questionou como tinha sido possível regulamentar o Enfermeiro de Família em tão pouco tempo.

Em resposta às questões colocadas, a Secretária Regional afirmou que esta nova orgânica dentro dos cuidados assistenciais serão uma mais-valia para os utentes. Serão dois os projetos-piloto, eventualmente poderá haver a possibilidade de os fazer crescer, mas serão iniciados em São Miguel, no concelho da povoação, e na e na ilha Terceira, na freguesia de São Sebastião.

Em relação às carreiras, a governante afirmou que nos últimos sete meses o Governo Regional conseguiu um marco histórico. Houve alguns constrangimentos, mas os mesmos foram ou estão a ser resolvidos, porque se tratou de um processo minucioso a nível de contabilização de pontos, “estamos a articular com o sindicato e no início do primeiro trimestre do ano 2024 serão reposicionados os técnicos que estão abrangidos pela famosa lei 34.”



Seguidamente, o deputado Paulo Estevão (PPM) pediu para intervir. Começou por relembrar que a acumulação da dívida nos hospitais foi efetuada durante o mandato do Partido Socialista, mas a dívida era disfarçada por via da Saudaçor. A dívida de 800.000.000 euros está a ser paga pelo atual Governo Regional, que também foi confrontado logo no início desta legislatura com dívidas a fornecedores. De acordo com o deputado, o Governo de coligação está a inverter esta situação e conseguirá continuar neste caminho devido ao crescimento económico que está previsto. “Em 2020, o PIB da região era de 4100 milhões de euros, prevê-se que este ano atinja os 5000, que em 2024 chegue aos 5600 milhões de euros e, em 2025, aos 6000 milhões de euros. É um número espantoso e um crescimento económico tremendo, como nunca aconteceu na Região Autónoma dos Açores”, afirmou o deputado e acrescentou “Prevê-se que os Açores tenham o maior crescimento económico de todas as regiões da Europa. Portanto, é criando riqueza, aumentando o PIB é que vamos ter capacidade para pagar as dívidas da saúde.”

O deputado Paulo Estevão terminou a sua intervenção questionando a Secretária Regional como é que se tem conseguido tão bons resultados apesar de todas estas dificuldades de toda a herança deixada pelo Partido Socialista.

Para a governante, é necessário reconhecer as dificuldades, ouvir as pretensões das classes, sendo certo que não se pode responder de forma afirmativa a todas as reivindicações, porque obviamente o rigor financeiro não permite que assim seja, mas a postura será sempre a de procurar o caminho da resolução.

Em réplica, o deputado enalteceu a postura dialogante do Governo, que tem permitido encontrar as melhores soluções para os problemas existentes ou que vão surgindo.

Por fim, usou da palavra a deputada Ana Quental (PSD) que sublinhou a importância de se cativar profissionais, através da sua valorização e por via da criação de condições de trabalho, nomeadamente, estabilidade profissional.

“Daí que este governo tudo tem feito para a fixação dos mesmos, não só através da valorização das carreiras e reconhecimento dos que trabalham, mas também na abertura de concursos em todas as áreas profissionais”. Neste seguimento, congratulou a Secretária Regional pela regularização dos contratos COVID , integrando no SRS mais de 500 profissionais que neste momento estão a colmatar necessidades permanentes dos respetivos serviços. Relembrou, ainda, o grande esforço financeiro por parte deste Governo para a regularização das carreiras e reposicionamentos remuneratórios dos TSDT, dos Enfermeiros , dos farmacêuticos, que em menos de 3 anos conseguiu a assinatura de acordos históricos nunca antes conseguidos. Feita



esta explanação inicial, afirmou que era com satisfação que verificava a Ação 5.5.1 “Capacitar o SRS de Recursos Humanos - fixação de profissionais de saúde”, perguntando em que medida é que este investimento poderá ajudar a captar e fixar profissionais e em que áreas profissionais estão previstos os incentivos.

A Secretária Regional explicou que, numa primeira fase, os incentivos eram apenas para a carreira médica, mas, como já tinha sido anunciado pelo Governo, havia a intenção de os alargar também aos enfermeiros, porque se reconhece que em ilhas sem hospital é preciso uma motivação para conseguir captar enfermeiros. A governante deu nota que já se iniciou o processo de diálogo com os enfermeiros para se preparar o diploma.

Reconhecendo a necessidade de se atrair também médicos nas ilhas em que a taxa de cobertura de médico de família é mais reduzida, será feita uma majoração superior comparativamente àquilo que existe no diploma que está em vigor. A Secretária Mónica Seidi anunciou que outra medida inscrita no orçamento, e que se prende com a celeridade em se lançar concursos relativamente aos médicos, quando terminam a especialidade, acontece porque a Região estava a perder a recém-especialistas, uma vez que havia uma morosidade na abertura dos concursos.

As explicações apresentadas evidenciam, segundo a deputada social-democrata, a atenção do Governo Regional em relação àquelas que são as necessidades que vão surgindo, num setor que é dinâmico.

Na segunda ronda de questões, pediu a palavra o deputado Tiago Lopes (PS) que, numa curta intervenção, colocou quatro questões à Secretária Regional:

- “A Senhora Secretária reconhece ou não reconhece a falta de tesouraria nas unidades de saúde da região?
- A Senhora Secretária consegue-nos confirmar se há ou não rotura de medicamentos de fornecimento de medicamentos na região por falta de pagamentos?
- E como é que a Senhora Secretária, atendendo àquilo que já expus e também que está na proposta do Plano e Orçamento, vai pagar o que propõe?
- E relativamente à dívida a fornecedores com compromisso deste governo, vai saldar essa dívida até 2024? Como é que irá fazê-lo?”

A governante disse não ter conhecimento de ter havido rotura de medicamentos em qualquer unidade de saúde ou qualquer instituição da região e criticou o tom acusatório com que o



deputado colocou as perguntas, quando no passado, em 2020, na altura em que assumiu o cargo de Diretor Regional da Saúde, houve falta de vacinas da gripe para, por exemplo, grupos de risco. Quanto às dívidas aos fornecedores, “além dos 800.000.000 da Saudaçor que foram herança da governação socialista, a 31/12/2020, havia uma dívida de 145.000.000 a fornecedores, portanto, no total, este Governo de coligação herdou 945.000.000 de dívida no setor da saúde do Partido Socialista. Portanto, não lhe reconheço essa legitimidade para querer saber de forma quase inquisitiva como é que o Governo vai resolver estes problemas, porque é certo é que o Governo tem vindo a resolver, não da forma que o senhor gostaria.”

Concluiu, dizendo que o seu gabinete, em articulação com as diferentes instituições, fez o levantamento de todas as dívidas e encontrou algumas ainda de 2015, pelo que o Governo de coligação está a resolver os problemas deixados e é certo que o subfinanciamento na Saúde será uma questão que demorará muito a ficar sanada.

Em réplica, o deputado Tiago Lopes (PS) insistiu na questão de como seriam pagos todos os compromissos assumidos e, sobre oportunidades perdidas, lembrou que este Governo Regional teve à sua disposição um avultado montante de fundos comunitários, mas pouco executou. Lembrou, ainda, que recebeu uma elevada quantia proveniente do PRR, pelo que tem muito dinheiro à sua disposição.

Assim, voltou a perguntar “Como é que o Hospital do Divino Espírito Santo, que tem um aumento de orçamento que nem chega a 100.000 EUR para 2024, já depois de ter sofrido um corte em 2023, de 3,5 milhões de euros, vai pagar a sua dívida a fornecedores? Como é que vai pagar a regularização das carreiras e vai pagar as diárias que deve às casas de saúde?”

Em esclarecimento, a governante afirmou que em 2024 será abatida uma dívida no valor de 75.000.000 euros, por via da passagem da dívida comercial a dívida financeira.

A próxima intervenção ficou a cargo da deputada Salomé Matos (PSD) que recentrou o tema da audição, criticando a oposição por se focar em questões financeiras, quando grande parte da dívida é proveniente da sua gestão danosa que fez com que se acumulasse um elevadíssimo valor na ordem de 1 milhão de euros que o Governo de coligação está a pagar. Feita esta observação, a deputada questionou em que medida é que esta paz social e a motivação dos profissionais (que deriva da sua valorização, por via da regularização de carreiras) podem contribuir para que o Plano Regional de Saúde seja implementado na próxima década, de forma bem-sucedida.



A Secretária Regional explicou que, de facto, só com profissionais motivados é que se consegue levar a cabo uma implementação eficaz do Plano Regional de Saúde, um documento estratégico, até 2030. O mesmo sofreu um atraso na sua elaboração, mas será colocado, no presente mês, em apreciação pública. O documento assenta em vários programas de atuação. “Obviamente que há que ter em conta aquilo que são, por exemplo, as doenças mais prevalentes na região e elaborar vários programas nesse sentido, por exemplo, o programa de alimentação saudável, o programa de saúde escolar, o programa da luta contra o tabagismo, o de comportamentos aditivos, de redução de comportamentos aditivos e dependências”, foram alguns dos exemplos avançados pela governante.

O deputado Paulo Estevão (PPM) interveio de seguida, começando também por criticar a postura do deputado socialista nas suas intervenções tão somente por não acreditar nas propostas do Plano e Orçamento, por considerar que o Governo será incapaz de concretizar aquilo que ele próprio não conseguiu enquanto esteve em funções executivas.

O deputado do Partido Popular Monárquico referiu que “Em 2 legislaturas, o PIB da Região Autónoma dos Açores irá duplicar, será o maior crescimento da nossa história.”, contribuindo para tal as medidas que têm sido levadas a cabo, como a diminuição de impostos. O deputado voltou, também, a lembrar um conjunto de ações que o Governo dos Açores tem desenvolvido com vista a apoiar a população. Por fim, afirmou que “o setor da saúde existe para os utentes”, tendo-se sentido melhorias significativas nas condições de acesso à saúde. Neste seguimento, solicitou que a Secretária Regional detalhasse as melhorias sentidas a este nível.

Em resposta, a governante afirmou que, em paralelo com a regularização das carreiras dos profissionais de saúde, está-se a garantir aos utentes uma melhor acessibilidade, melhores condições no que concerne às instalações, aos equipamentos que têm ao dispor, como é o facto de terem um maior número de deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital. A Secretária Mónica Seidi falou em equipamentos com mais de 20 anos, como um mamógrafo, e que, “felizmente, ao abrigo também das verbas disponíveis do PRR, temos conseguido aqui uma renovação que, obviamente, de forma indireta, traz uma melhoria nos cuidados que são prestados.” E acrescentou que, “A hospitalização domiciliária é um projeto piloto” e será possível em alguns casos “manter um internamento em casa com o apoio diário de uma equipa de médicos e enfermeiros que se deslocará ao domicílio”. Estes foram alguns dos exemplos do



trabalho que tem sido desenvolvido para a melhoria da prestação de cuidados de saúde às populações.

Após a explanação detalhada apresentada, o deputado Rui Martins (CDS-PP) sublinhou que muito tem sido feito, não obstante a situação financeira com que a área da Saúde se depara e questionou se, a par da dívida herdada, havia algum plano de pagamentos deixado pelo Partido Socialista para ser colocado em prática. Perguntou, também, se os 3.000.000 de euros gastos pelo Partido Socialista em máscaras defeituosas também seriam uma boa ajuda para abater essa dívida.

Em resposta, a Secretária Regional partilhou que não foi herdado nenhum plano de pagamento das dívidas e que o dinheiro gasto com as máscaras com defeitos foi mais um problema, mas asseverou que, apesar de tudo, “o Governo Regional continua a fazer o seu trabalho e, portanto, estamos cá para reconhecer aquilo que não foi feito, reconhecer que há muito ainda que tem que ser feito, assumir que há subfinanciamento e trabalhar para que num futuro próximo se possa vir a dar uma resposta melhor aos fornecedores”, nunca esquecendo os utentes que do Serviço Regional de Saúde dependem.

Na terceira e última ronda, interveio, mais uma vez, o deputado Tiago Lopes (PS) que depois de referir ações que não foram executadas em anos anteriores e de relembrar os problemas financeiros na área da saúde, lembrou que os hospitais não fazem abortos nos Açores e que as mulheres estão sem acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) no arquipélago, algo que considera inaceitável.

Já o deputado Paulo Estevão (PPM) disse que o discurso político do Partido Socialista era marcado pela hipocrisia, porque é o principal responsável pela dívida, não teve meios de a pagar e agora, numa atitude inquisitiva, questiona como pagará este Governo a dívida da Saúde. Feita esta observação, afirmou que a atenção deve ser dada às medidas, mais concretamente ao que vai beneficiar as pessoas, como o aumento do complemento especial para doentes oncológicos em 15% e o aumento para os doentes deslocados.

A terminar, o deputado Flávio Soares (PSD) pediu para intervir, dizendo que a intervenção do deputado socialista era uma tentativa de branquear o seu passado, que agora vem pedir satisfações quando, por exemplo, a diária das casas de saúde não sofria uma atualização desde



2008. Terminada a sua observação, colocou uma questão sobre as dependências, um problema sério que a Região enfrenta. Assim, e tendo em consideração que se trata de uma área prioritária, não tivesse o Governo alocado mais 600.000 euros a esta ação por comparação ao ano transato, pediu que fosse detalhado o trabalho que tem feito pela Task Force nos Açores.

Numa resposta conjunta, a Secretária Regional explicou que o deputado Tiago Lopes (PS) estava a menosprezar todo o trabalho desenvolvido pela Direção Regional de Saúde, relembrando que a situação vivida nos Açores em nada se compara com o clima de crispação que se vive a nível nacional e que coloca em causa a prestação de cuidados de saúde aos utentes. Isso só foi possível com o diálogo que se tem vindo a manter e com as políticas que o XIII Governo Regional tem levado a cabo na área.

Quanto à IVG, a governante reconheceu que não se tem executado a prática nos Açores, mas tal se prende pela razão de não se poder obrigar os objetores de consciência a praticarem o aborto. Ainda assim, a governante referiu que nenhuma mulher é impedida de o fazer, tendo, para o efeito, de se deslocar ao continente.

Explicado este ponto, a Secretária Regional corroborou as afirmações do deputado Paulo Estevão (PPM), nomeadamente o facto de estarmos perante um Plano e Orçamento que aposta na Saúde, melhorando as condições para todos, quer sejam os profissionais, quer sejam os utentes, e explicou, de forma mais minuciosa, o funcionamento da Task Force. A este propósito, informou que a estrutura reuniu, pela primeira vez, em maio, com formato alargado, com diversos parceiros e entidades do setor social e até com forças policiais e que têm feito um trabalho de grande importância.

As reuniões são mensais e, para além de se verificar a necessidade de se avançarmos com equipas de rua inicialmente previstas para o concelho de Ponta Delgada, percebeu-se que as mesmas teriam de ser alargadas ao concelho da Ribeira Grande. Trata-se de equipas que funcionam em complementaridade com o setor social, com a presença de um psiquiatra e também do infeciologista.

Foi adquirida um aparelho que faz a identificação de situações de overdose e para o próximo dia 11 de dezembro, o diretor do Observatório Europeu virá à Região conhecer a realidade das dependências no arquipélago, o que permitirá aprofundar o trabalho de parceria que tem sido feito.

Para concluir a audição da Secretária Regional, foram colocadas questões sobre a área do desporto. Assim, o deputado Paulo Estevão (PPM) questionou o que estava previsto programa



regional de desporto para todos “Açores Ativos”, tendo sido esclarecido que é “um projeto de abrangência regional e que tem possibilitado a prática regular da atividade física a diferentes faixas etárias. É um programa de sucesso, é um programa que é, obviamente, para manter e é um dos programas que justifica esta associação entre saúde e desporto.”

Já o deputado Tiago Lopes (PS) perguntou se se “prevê aumentar os apoios contemplados na marca Açores, uma vez que foi reduzida, por exemplo, a verba este ano para a equipa de futebol do Santa Clara” e se a Secretária Regional se revia nas declarações do Diretor Regional do Desporto relativamente ao mérito da equipa do Santa Clara.

Em resposta, a governante desfez o equívoco, explicando que a palavra “Açores” da equipa profissional do Santa Clara não está na alçada da Direção Regional do Desporto, que apoia sim clubes participantes em competições não profissionais. A governante acrescentou que não tinha qualquer conhecimento de a verba ter sido reduzida.

Em réplica, o deputado Tiago Lopes (PS) perguntou se no âmbito da alteração do regime jurídico que houve de apoio ao movimento associativo desportivo e às alterações que foram introduzidas, nomeadamente na naquilo que é a relação entre a Secretaria Regional da Saúde e Desporto e a Secretaria Regional do Turismo e Transportes e Mobilidade, não houve articulação sobre os critérios e os apoios a atribuir. E, por último, questionou a redução de verbas que houve e se a mesma poderá ter algum tipo de reversão no próximo no próximo ano.

A governante recordou que, no âmbito das alterações introduzidas do regime jurídico, houve um ponto que o Governo propunha e que dizia respeito à relevância desportiva passar para a competência da Direção Regional do Desporto, mas a bancada do Partido Socialista votou contra, inviabilizando que tal acontecesse.

A terminar, o deputado Paulo Estevão (PPM) referiu que há também avanços que foram feitos em termos de igualdade de género e pediu que a governante detalhasse o que foi feito a esse respeito no desporto, tendo a Secretária Regional explicado que “os valores de apoios são os mesmos, quer para as equipas femininas, quer para as equipas masculinas”, uma luta travada na Assembleia, perante a discrepância que havia entre os valores atribuídos no passado.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DOS ASSUNTOS CULTURAIS:

A Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais iniciou a sua intervenção referindo que “Desde o início do mandato que temos aumentado sucessivamente as verbas para o setor



da Educação, cuja maior fatia do Plano vai para a ação social escolar, para onde estão reservados sete milhões de euros, um aumento de 41,3% face ao Plano deste ano”.

Segundo explicou a titular da pasta da Educação nos Açores, as verbas inscritas no Plano, na área da ação social escolar, representam também um “esforço” do Executivo de coligação (PSD, CDS-PP e PPM), no apoio às famílias açorianas.

Sofia Ribeiro explicou ainda aos deputados, que, dos 36 milhões de euros de investimento previstos para o setor em 2024 (um aumento de 27% em relação ao Plano de 2023), 14 milhões de euros se destinam ao programa das “escolas digitais”, através do qual serão adquiridos novos equipamento pedagógicos, financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Já na área dos Assuntos Culturais, a governante realçou os valores inscritos no Plano para 2024 (6,4 milhões de euros), que representam um aumento de cerca 43% (mais dois milhões de euros), face ao Plano do corrente ano, que se destinam ao reforço dos apoios aos agentes culturais, às filarmónicas e à manutenção dos botes baleeiros em várias ilhas.

Aberta a primeira ronda de questões, interveio do deputado Rodolfo Franca (PS), que, não obstante a riqueza do plano de investimentos, considera que falta credibilidade ao mesmo. Para o deputado, “falar de educação é essencialmente e, acima de tudo, falar de projetos educativos”, mas a execução desta ação, no ano transato, foi muito baixa, pelo que não compreende que se reforce a quantia desta, a não ser que haja algum projeto ainda não divulgado, questionando a Secretária Regional no sentido de obter esse esclarecimento. Também a ação relativa às “Escolas Digitais” mereceu a atenção do deputado socialista, pelo incremento de verbas a ela associada. Mais uma vez, e atendendo aos resultados públicos da execução do terceiro trimestre do presente ano, 931.000€, bem como a execução de 2022 que se ficou pelos 5 M€, questionou como se explica o diferencial entre o que se propõe e o que se executa. A terminar, fez referência à “formação de recursos humanos”, que, seguindo os exemplos anteriores, também regista um aumento de verbas, mas as execuções passadas ficam aquém do desejado.

Em jeito de esclarecimento, a Secretária Regional explicou que a riqueza do Plano é aferida pelas ações apresentadas. Quanto à execução, lembrou que há contas que são fechadas agora, no mês de novembro, relativas a despesas do lançamento do ano letivo, pelo que é natural que algumas ações apresentassem baixa execução no final de setembro.

“Juntando as questões 1 e 3, para além de terem uma dotação própria no Plano de investimentos, também têm tratamento específico no âmbito do PRR”. Verifica-se a



manutenção dos projetos e da formação, no âmbito da ação das escolas digitais, que tem vindo a crescer. Em termos de execução do PRR na área da educação, a governante partilhou que aquilo que se regista é um exemplo da boa execução das verbas.

Em réplica, o deputado insistiu no pedido de esclarecimentos acerca das questões colocadas, questionando que novas ações justificam uma diferença tão grande em termos de investimento.

A Secretária Sofia Ribeiro reiterou que a definição de verbas passou por uma definição de um aumento progressivo e sucessivo e que o Governo tem cumprido com a execução desse aumento progressivo e sucessivo. A mesma lembrou o reforço de desmaterialização de manuais escolares e o reforço de equipamentos das nossas escolas, como foi o caso da aquisição de 20 pianos verticais, porque há anos que as escolas não tinham instrumentos acústicos de qualidade. Em termos de projetos educativos, referiu o programa do pensamento computacional, que é uma inovação na região, e a literacia no que respeita à alimentação, com várias campanhas nas escolas referentes à saúde escolar e às lancheiras saudáveis.

De seguida, interveio o deputado Paulo Estevão (PPM) que realçou a aposta na valorização dos profissionais de educação levada a cabo pelo Governo de coligação e questionou se este investimento feito motivou os profissionais e se esta não seria uma aposta nuclear com efeitos positivos, em termos globais, neste setor. O deputado lembrou, também, a nova medida do Governo que irá abranger também todos os funcionários públicos regionais, na medida em que a irá permitir a redução do tempo de progressão na carreira, que irá motivar os funcionários porque as carreiras estavam estagnadas e agora vai ser possível progredir no mínimo com menos 40% do tempo.

A Secretária Regional não tem dúvidas dos efeitos positivos da valorização dos profissionais da educação e partilhou outra prática da tutela que contribui para o clima de paz social que se vive na área da Educação. Segundo a governante, há um envolvimento real das escolas na definição de políticas para a nossa Região, porque as reformas profundas que têm vindo a ser feitas foram sempre em articulação com as escolas.

A governante referiu que, no ano transato, o Partido Socialista considerava que as medidas propostas pelo Governo de coligação não eram exequíveis, mas o que é facto é que elas aconteceram. Agora volta a falar em falta de credibilidade.



Em réplica, o deputado Paulo Estevão (PS) sublinhou que, de facto, se vive uma paz social na área da Educação, devido ao diálogo e à atitude cooperante existente por parte da tutela, motivo pelo qual não há manifestações como há a nível nacional, o descontentamento tremendo de quem se sente prejudicado, com prejuízo para os alunos.

Para a governante, “é precisamente esta valorização que nós continuamos a fazer com esta noção de que este investimento nos quadros, nas progressões e nas condições de trabalho destes profissionais têm, obviamente, um impacto orçamental”, mas traduzem-se em benefícios para os alunos.

Seguidamente, a deputada Délia Melo (PSD) pediu a palavra, referindo que, “ao se analisar amiúde o orçamento para 2024, verificamos a continuidade das políticas deste Governo, tanto em termos de medidas que possam mitigar o problema de falta de docentes, como a valorização dos recursos humanos e a questão de aliviar os encargos das famílias com a Educação. Também se percebe que é uma das áreas da administração pública com maior alocação de recursos humanos, onde foi feita e continuará a ser feita a regularização de vínculos precários, proporcionando estabilidade aos profissionais da educação.” Para além disso, acrescentou que “analisando o Plano Regional Anual para 2024, especificamente o que está previsto para a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais, verificamos que em nenhuma ação há um decréscimo de verbas por comparação a 2023 e há, inclusivamente, a introdução de novas ações” e pediu que a governante detalhasse a ação relativa à Educação Inclusiva, bem como o montante destinado aos apoios aos Incentivos à Fixação de Pessoal Docente, uma medida que surge pela primeira vez.

Em resposta, a governante deu nota que, no âmbito da Educação Inclusiva, está prevista a aquisição de equipamentos para alunos com necessidades especiais e verba destinada aos beneficiários de apoio extraordinário, que prestam um acompanhamento permanente aos alunos, com um número que tem vindo a crescer ao longo dos anos. Já no que respeita aos incentivos à fixação de pessoal docente, a governante referiu que para além da verba afeta à ação, têm sido levadas a cabo outras ações de incentivo em articulação com outros departamentos do Governo e que têm depois uma consequência direta na área da Educação, como o caso da resolução do problema de habitação para docentes na ilha do Corvo. Acrescentou que, tal como está definido no próprio Estatuto da Carreira Docente, há incentivos definidos, sendo necessário fazer-se a regulamentação dos mesmos para a sua implementação, um trabalho a ser realizado no futuro próximo.



Para a segunda ronda de questões, voltou a inscrever-se o deputado Rodolfo Franca (PS) que, não tendo compreendido as respostas anteriores, voltou em insistir nas questões já colocadas, perguntando objetivamente como é que o aumento das verbas se traduz na promoção do sucesso educativo dos alunos. Para o deputado socialista, não se compreende a razão de não estar inscrita uma ação com vista ao combate ao abandono escolar precoce, como já houve no passado, e não serem clarificados os projetos educativos.

Para esclarecer o deputado, a Secretária Regional explicou que existe uma ação específica relativa ao abandono precoce da educação e da formação, em articulação com a área da qualificação profissional, destinada a alunos com mais de 18 anos e que, portanto, já não estejam na escolaridade obrigatória e que precisam de ter respostas diferenciadas. Falou, também, da verba afeta à ação social escolar, que permite dar condições aos alunos e às famílias para poderem ter acesso ao que necessitam na escola e lembrou a alteração de situações que coartavam os direitos dos alunos no passado, mas que foram corrigidas com o atual Governo Regional. E, por fim, lembrou que são feitas abordagens diferenciadas nas salas de aula, com novas dinâmicas de ensino, desde o pré-escolar até ao 12º ano e que tudo isso promove o sucesso educativo.

Ainda que concordando com a Secretária Regional, o deputado Rodolfo Franca (PS) voltou a perguntar a razão de se desvalorizar, na sua ótica, o que são projetos pedagógicos, uma afirmação desmentida pela Secretária Regional que voltou a frisar que nenhum projeto pedagógico teve o seu termo. Os projetos estão a decorrer nas escolas, sendo que se algum foi alterado, tal se deveu à avaliação feita pela própria escola de que teria de ser alterado, por já não se justificar a sua continuação.

O deputado Paulo estevão (PPM) lembrou a quantidade de medidas que o atual Governo tem feito para cativar os jovens para a profissão, lembrando que os projetos pedagógicos só podem ser desenvolvidos se houver recursos humanos qualificados nas nossas escolas, uma situação sempre ignorada pelo Partido Socialista enquanto esteve no poder, não obstante as sucessivas chamadas de atenção.

A governante Sofia Ribeiro asseverou que o Governo Regional começou a trabalhar na mitigação do problema da falta de professores, desde que tomou posse, lembrando as ações inscritas no Orçamento da Região para o efeito e todas as alterações legislativas no sentido de tornar a profissão mais justa e atrativa.



Já a deputada Délia Melo (PSD) criticou o discurso do deputado socialista que recorre a taxas de execução, não referindo aqueles que são números menos abonatórios para o seu partido, e deu o exemplo das taxas de execução na área da Educação que, em 2019, se fixou nos 69%, tendo subido para os 81% em 2022. A deputada social-democrata disse discordar com a visão sectária do deputado da oposição, uma vez que todas as medidas levadas a cabo na Educação concorrem para o sucesso educativo dos alunos, não havendo, por isso, a necessidade de se inscrever uma ação epigrafada de “promoção do sucesso educativo”. De seguida, questionou a governante se toda a paz social no setor seria um garante para uma educação de qualidade, sem se ter de enfrentar os problemas verificados a nível nacional.

A Secretária Regional explicou que houve, realmente, um enorme esforço em dotar os quadros dos recursos humanos necessários, tanto ao nível de docentes, como de pessoal de ação educativa e que só com os profissionais devidamente qualificados e com condições adequadas de trabalho é que se consegue desenvolver tudo o resto.

Na última ronda referente à área da Educação, e na sequência do facto da Secretária Regional negar o desaparecimento de projetos educativos concretos, o deputado Rodolfo Franca (PS) questionou a razão de ter desaparecido o projeto de intervenção comunitária que integrava o ProSucesso no passado.

Já o deputado Paulo Estevão (PPM) perguntou se as escolas não deverão pensar nos seus próprios projetos, ao abrigo da sua autonomia e tendo em conta a especificidade de cada uma.

A governante afirmou que há articulação com as autarquias para a implementação do projeto de intervenção comunitária. Aliás, este é um plano que inicialmente sai da estrutura governativa, mas que depois é apropriada pelas próprias escolas que o trabalham de forma diferente, consoante as suas realidades, e sempre em articulação com parceiros locais. Ainda em relação aos projetos educativos, a Secretária Regional lembrou que, em 2019-2020, a verba destinada à promoção do sucesso educativo escolar era quase na totalidade usada para o pagamento de programas ocupacionais. 3 milhões de euros destinavam-se a este fim, não propriamente para o desenvolvimento de projetos.

No que toca à questão levantada pelo deputado Paulo Estevão (PPM), efetivamente as escolas têm autonomia para desenvolverem os seus próprios projetos.

Já no domínio da Cultura, a deputada Marta Matos (PS) pediu a palavra para lamentar que esta área esteja a perder o seu papel estratégico devido ao desinvestimento do Governo Regional. A



deputada fez referência a atrasos nos pagamentos a agentes culturais, bem como a baixa execução do valor afeto às ações e, perante o exposto, perguntou como se pode confiar num Plano que reforça o valor destinado à área, quando a realidade mostra a falta de investimento no setor cultural.

A Secretária Regional deu nota da transparência dos processos, explicando que os agentes culturais passaram a ter uma cópia de uma ata com a avaliação dos júris, de modo a perceber em concreto quais são os critérios de avaliação da concessão de apoios. Ademais, acrescentou que não acompanha a leitura feita pela deputada socialista em relação à baixa execução de verbas, lembrando que em 2019, nesta altura, Governo anterior tinha procedido ao pagamento de pouco mais de 2.700.000 EUR no âmbito de todo o investimento da cultura, situação bem menos favorável que aquela que agora se regista.

Em réplica, a deputada referiu que o Plano de investimentos para a Cultura para 2024 não pode ser justo, nem pode ser rigoroso se for dissociado do contexto dos três planos que o antecederam e que o contexto que atualmente se vive no setor é de desvalorização e desconsideração, pelo que não considera que os documentos em análise venham mudar a situação. “Há as palavras e os papéis não correspondem aos atos nem se refletem, infelizmente, em resultados”, concluiu a deputada.

A Secretária Regional reconheceu os atrasos nos pagamentos, explicando a razão dos mesmos, e lembrou o que tem sido feito pela tutela, como a revisão do programa “Ler Açores”. E, sobre as contas, voltou a frisar que no ano de 2019, o valor pago ficou muito aquém do investimento que o atual Governo Regional está a fazer.

O deputado Paulo Estevão (PPM) disse ser evidente que deverão ser introduzidas mudanças para aumentar a celeridade na atribuição dos apoios às atividades culturais e questionou se estava prevista esta revisão, mantendo a transparência do processo.

A Secretária Regional disse que o processo foi difícil e moroso e que depois da comunicação dos critérios de aferição para atribuição de apoios, houve proponentes que apresentaram contestação, porque não estavam habituados a apresentar algum tipo de documentos. Assim, considera que esta nova transparência dada a todo o processo, bem como os novos critérios introduzidos irão concorrer para que em 2024 haja uma maior capacidade de resposta.



Por último, a deputada Alexandra Manes (BE) enalteceu o facto de se estar perante um Plano que aumenta substancialmente as verbas para o setor da Cultura e solicitou que a governante detalhasse a ação “ProMuseus”.

A deputada foi esclarecida que o Governo está a trabalhar com a Universidades dos Açores, no âmbito de parcerias e que o “ProMuseus” é uma iniciativa de âmbito nacional, havendo 3 museus na Região que se candidataram e que foram selecionados. Assim, está definida uma verba para garantir a comparticipação regional, de modo que os museus possam ter adesão ao projeto nacional. Explicou que há todo um trabalho que “é feito pelos nossos serviços de promoção cultural, nomeadamente os museus e as bibliotecas, no sentido de nós criarmos mecanismos de informação para que os agentes culturais aos mais diversos níveis possam potenciar o acesso a apoios e financiamento, no âmbito cultural, quer seja de a nível nacional, quer seja Internacional”.

Na segunda ronda de questões, a deputada Délia Melo (PSD) interveio, lembrando que “recentemente o Teatro Micaelense completou 72 anos, tendo sido remodelado e atualizado há cerca de 20 anos, pelo que este espaço nobre da nossa Região sofreu do mal de muitos outros edifícios – a falta de manutenção. Agora, como é inevitável, apresenta sérios problemas de infiltrações, de térmitas, de conforto”. Feito este enquadramento, perguntou se o valor previsto para o contrato-programa do próximo ano acomoda esta necessidade de intervenção cujo levantamento já foi feito pelo Conselho de Administração do Teatro Micaelense.

Em resposta, a Secretária Regional explicou que o valor visa dotar o teatro de verba que possa permitir esses investimentos. Lembrou que já foi feito um esforço para o aumento salarial dos trabalhadores que eram severamente prejudicados, quando comparados com outras estruturas culturais no país e até mesmo com a administração pública regional.

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer **de abstenção**, com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas dos Decretos Legislativos em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas dos Decretos Legislativos em análise.



O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas dos Decretos Legislativos em análise.

A Representação Parlamentar do CH parecer **de abstenção**, com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas dos Decretos Legislativos em análise.

A Representação Parlamentar do IL emitiu parecer **desfavorável**, quanto às Propostas dos Decretos Legislativos em análise.

O Grupo Parlamentar do BE, sem direito a voto, emitiu parecer **desfavorável**, quanto às Propostas dos Decretos Legislativos em análise.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP, com os votos contra do IL e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do CH, emitir por maioria **parecer favorável**, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024”;
- 2) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP, com os votos contra do IL e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e CH, emitir por maioria **parecer favorável**, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67 – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”.

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento do devido processo legislativo, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 6 de novembro de 2023.



A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(J. Joaquim F. Machado)